

6-Problemática de los espacios agrários

Resumo no 6070

Presentador: Mônica Cox de Britto Pereira

“Mapeamento Participativo de Experiências Agroecológicas”
Mônica Cox de Britto Pereira & Amanda Jevaux da Silva de Sousa

Palavras Chave: *agroecologia, Agricultura Familiar, Cartografia Social, Metodologia Participativa, Rio de Janeiro*

A agricultura familiar se apresenta ao longo do Brasil com grande riqueza de expressões e experiências de manejo da agrobiodiversidade. O Rio de Janeiro é usualmente visto como um estado preponderantemente urbano, o que acaba por esconder a diversidade e os diferentes grupos sociais envolvidos na agricultura familiar. É ressaltado como um estado marcado por forte processo histórico de metropolização e desruralização como características dominantes na organização do espaço fluminense (Alentejano, 2003), todavia esses processos não eliminaram contradições presentes e que se materializam de forma distinta nas diferentes regiões do Estado. Sublinhamos a resistência dos agricultores e a existência de experiências marcadas por permanências e inovações em torno da diversidade da agricultura familiar fluminense, que não conseguem ter maior expressão localmente, nem regionalmente.

A própria diversidade ambiental do estado compõe uma riqueza de possibilidades e de usos para agricultura, tanto em termos de garantia de soberania alimentar das famílias, como de comercialização de alimentos em circuitos locais. A região metropolitana com serras e baixadas, a região da baixada litorânea, a região norte fluminense que concentra o maior número de assentamentos rurais, bem como as regiões serrana e sul fluminense com vales e serra do mar proeminentes. Vale chamar a atenção para muitas feiras alimentadas pela base agrícola familiar de agricultores que mantém suas atividades sob inúmeras estratégias alternativas, bem como o número de assentamentos rurais que cobrem praticamente toda a diversidade regional do estado. São cerca de oitenta assentamentos rurais sob gestão do INCRA em sua maioria, e alguns do ITERJ. São vários os acampamentos em diferentes regiões do estado.

Estão presentes nas regiões do Rio de Janeiro diferentes situações socioambientais. Na região norte fluminense, não são apenas os assentamentos que caracterizam a dinâmica da agricultura, mas são as usinas de cana de açúcar que retomam sua produção com base em políticas federais, bem como a entrada do eucalipto como um fator de desenvolvimento regional, trazendo conflitos e pressão sobre a diversidade da agricultura familiar. Na região da baixada litorânea existem assentamentos rurais, agricultores em áreas do sopé da serra, e um forte apelo da especulação imobiliária, bem como das políticas ambientais preservacionistas que trazem também um isolamento e cercamento das experiências agrícolas da agrobiodiversidade. Na região metropolitana inúmeros agricultores peri-urbanos com histórico familiar de expulsão do campo inovam com estratégias de incorporação produtiva, garantindo parte da segurança alimentar da família. Na região sul há uma concentração de atividades e políticas voltadas para o turismo e o meio ambiente,

deixando escondidas experiências ricas de manejo da Mata Atlântica com base na agrofloresta, garantindo a manutenção da conservação ambiental, bem como da família na terra. Por fim, a região serrana, tem iniciativas de agricultura em uma transição agroecológica, como um contraponto a olericultura predominante na região de base agroquímica com uso intensivo de agrotóxicos. Mantém com base em uma presença de muitos agricultores locais, tradicionais, bem como de neorurais saídos da cidade para uma vida melhor no campo.

O presente trabalho tem como meta acompanhar e promover o desenvolvimento de experiências em Agroecologia no estado do Rio de Janeiro. A presente pesquisa se encontra em andamento.

Enfocamos o desenvolvimento de metodologias participativas de identificação, intercâmbio, mapeamento e sistematização de experiências agroecológicas por agricultores familiares no estado do Rio de Janeiro, tendo como eixo a participação e o diálogo de saberes. Busca-se, assim, potencializar e articular os conhecimentos necessários à promoção de processos sustentáveis de desenvolvimento local e territorial. Abordaremos o processo da organização local em torno da agroecologia no RJ.

Almeja-se que o enfoque agroecológico vá se construindo e se capilarizando no cotidiano da diversidade das experiências. O horizonte é possibilitar a construção social de mapeamentos que dêem visibilidade à apropriação do território pela agricultura familiar com base na agroecologia. A dimensão territorial pode se apresentar como um contraponto ao modelo dominante excludente para agricultura familiar. Pretendemos avaliar e debater as bases e possibilidades em torno das políticas públicas de desenvolvimento da agricultura em bases familiares e agroecológicas.

São seis regiões que compõem o mosaico estadual: 1- **Serra-mar** (compreendendo os municípios de Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras); 2- **Metropolitana** (municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Rio de Janeiro, Seropédica, Paracambi, Queimados, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí); 3- **Costa Verde** (Paraty, Angra dos Reis e Ubatuba - exceção, trata-se de um município do estado de São Paulo, que participa ativamente das atividades envolvidas pela articulação); 4- **Médio Paraíba** (municípios de Rio Claro, Pirai, Barra do Pirai, Volta Redonda, Resende, Valença, Vassouras, Paty do Alferes, Miguel Pereira, Barra Mansa); 5- **Serrana** (Petrópolis, Teresópolis, São Jose do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Nova Friburgo, Bom Jardim); e 6- **Norte Fluminense** (Macaé, Carapebus, Conceição de Macabu, Campos de Goytacazes, São Fidelis, São João da Barra, Cardoso Moreira, São Francisco do Itabapoana, Bom Jesus do Itabapoana). Nesses, vem se dando o fortalecimento de experiências de agricultore/as frente às políticas, que em sua maioria, desconhecem a realidade e a proposta agroecológica. Verificamos uma amplitude de experiências em torno de: educação, comercialização, organização, alimentação, conservação e recuperação ambiental através de agroflorestas. Tratamos dos entraves e possibilidades para uma agricultura em bases agroecológicas.

O trabalho busca articular um processo de identificação e sistematização de experiências a um esforço mais amplo de caracterização do entorno no qual se situam estas experiências, avançando, portanto, para uma abordagem territorial. Tem como

ponto de partida as iniciativas locais, as dinâmicas de intercâmbio e a atuação destas redes no território. Considerou-se as experiências em agroecologia desenvolvidas pelos agricultores familiares em nível local. O conceito de “experiência em agroecologia” remete a uma estratégia familiar ou coletiva de utilização/incorporação de princípios agroecológicos ao manejo dos agroecossistemas e ecossistemas naturais associados e aos processos de organização social e comunitária.

Estamos reconhecendo regiões nominadas com base no processo de organização e intercâmbio entre as experiências agroecológicas que ali ocorrem.

- Região Metropolitana:

1) forte pressão imobiliária sobre as áreas agrícolas; 2) problemas urbanos – violência; desigualdade e exclusão social; insegurança alimentar; rede pública de saúde ineficiente; mercantilização da alimentação, da saúde e outros; desvalorização do rural; padronização de hábitos; "americanização"; poluição; bolsões de pobreza com péssima infra-estrutura de moradia; desemprego – ligados ao "modus de vida" urbano; 3) pressão da fiscalização sobre os produtos da Pastoral, 4) impasses no acesso a terra, 5) transformação da zona rural em zona urbana para arrecadação de impostos (indefinição de categorias que contemplem a dinâmica rural/urbano), 6) grilagem em áreas urbanas.

- Região Serramar:

1) questão fundiária: expansão de unidades de conservação, 2) impasse no acesso a terra (acampamento/pré-assentamento, 3) conflitos ambientais (legislação/fiscalização pelo IBAMA), 4) comercialização – atravessadores, 5) aspectos geográficos - relevo e pluviosidade, 6) organização comunitária - conflitos internos, 7) especulação imobiliária - lazer e turismo, 8) degradação Ambiental – assentamentos em área muito alterada, 8) problemas com a lógica produtiva imposta pelo PRONAF.

- Região Norte Fluminense:

1) problema histórico do controle das terras por latifúndios, 2) pressão de fiscalização ambiental sobre os assentamentos e ameaças diretas sobre os agricultores, 3) ausência do INCRA, 4) subsídio financeiro apenas para cultivos de eucalipto e cana, 5) uso intenso de produtos químicos por parte dos agricultores, 6) assentamentos em áreas de restinga (não ideal a ocupação, sendo verificados períodos de cheias), 7) falta de entusiasmo para conhecer novas experiências nos assentamentos.

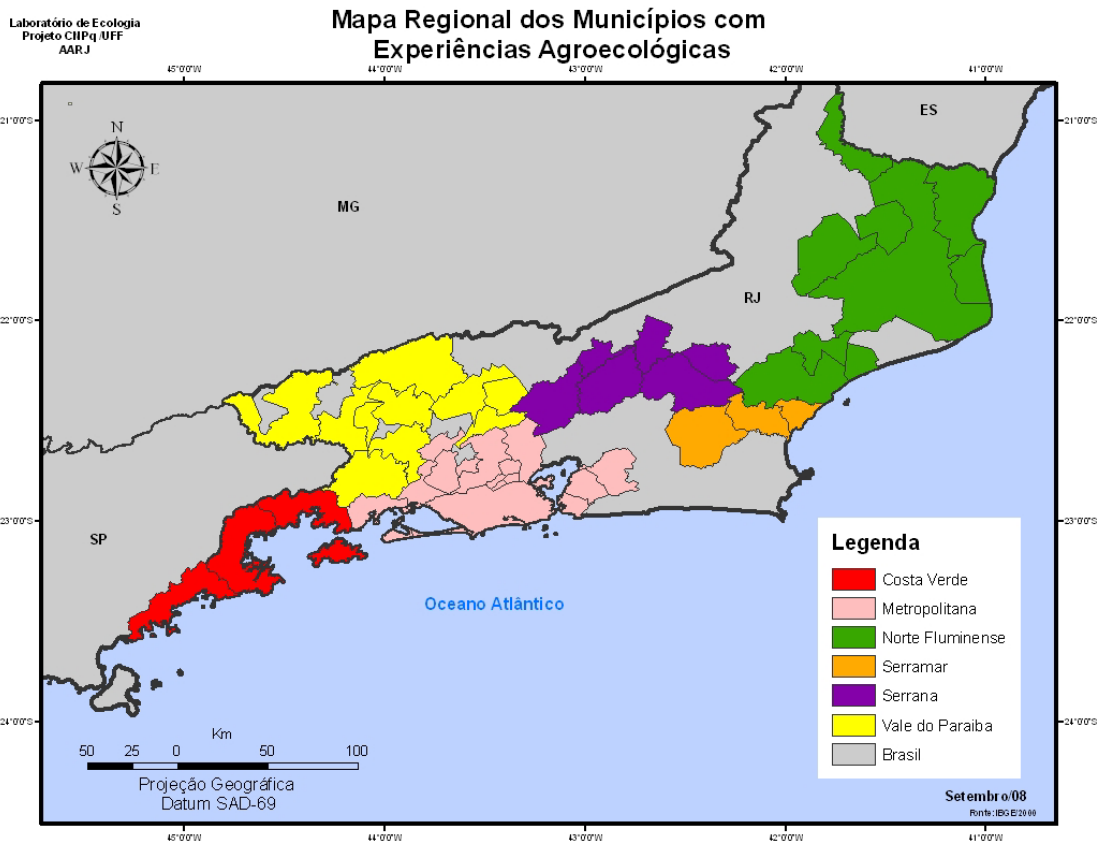
- Região Costa Verde:

1) a região possui muitas áreas caracterizadas como zonas de proteção ambiental e unidades de conservação, levando a impasses para atividades relacionadas à agricultura familiar; 2) históricos de grande exploração baseada no extrativismo (caso do palmito Jussara).

- Região Médio Paraíba:

1) impasses no acesso a terra - acampamentos (ex. acampamento Terra Livre que possui cerca de 10 anos); 2) entrada do eucalipto na região.

- Região Serrana: 1) uso intensivo de agrotóxicos pela agricultura familiar na região.



As regiões metropolitana, serramar e norte fluminense vem apresentando uma dinâmica de organização social e de intercâmbio que tem levado ao fortalecimento de muitas das experiências agroecológicas. A meta agora é sistematizar um conjunto dessas experiências e fazer os mapas regionais e um mapa das expressões de agroecologia no estado do Rio de Janeiro.

Estamos no processo de construção de diversos mapas para representar o estado do Rio de Janeiro e suas regiões com municípios que tiveram identificados experiências agroecológicas. Como resultado final, estamos construindo mapas das expressões agroecológicas em nosso estado, como também mapeando os principais entraves ao desenvolvimento da Agroecologia. Cabe aqui mencionar que o mapeamento vem se dando com base na participação coletiva dos agricultores envolvidos no processo.

A metodologia de mapeamentos participativos tem gerado bons resultados, os mapas têm sido utilizados como instrumentos que podem revelar as construções sociais no território e, justamente por esse potencial, apontar conflitos e harmonias territoriais. Existem alguns estudos que abordaram a construção social de territórios, utilizando-se de mapas como instrumentos políticos e pedagógicos no processo de apropriação territorial pelas populações locais.

O trabalho vem buscando estabelecer uma ponte entre elementos conceituais e metodológicos desenvolvidos pela geografia e pela sociologia no estudo multidimensional dos territórios rurais e dos conflitos sócio ambientais com um conjunto de estratégias metodológicas de mapeamento, sistematização e intercâmbio de experiências desenvolvidas pelos movimentos sociais, redes e organizações que integram a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Fizemos um painel e reflexão sobre a agricultura familiar. Nosso horizonte foi e está sendo desencadear processos

desta natureza, levando ao mapeamento de experiências em agroecologia, tendo como resultado um conjunto das expressões da diversidade da agricultura familiar e da agricultura em bases agroecológicas.

O foco territorial do projeto se constitui com base em um processo de construção social de identificação e de mapeamento das experiências agroecológicas, de forma a fazer emergir o debate acerca das experiências, a disputa de modelos pela construção territorial e como a apropriação social vai se dando em torno de estratégias para disputa do território. Percebemos que esse processo vem sendo dinamizado a partir das metodologias participativas que estamos construindo. Está em curso o reconhecimento entre agricultores das várias regiões de trabalho nossa no estado do Rio de Janeiro, das inter-relações e resistência a diferentes imposições do modelo desenvolvimentista de supervalorização do modelo urbano, bem como de um processo em curso de um pertencimento a identidade agroecológica e ao processo de fortalecimento de um processo social em torno de uma agricultura em bases agroecológicas.

O mapeamento tem sido utilizado como um importante componente metodológico, pedagógico e político, há um aprendizado e apropriação do território enquanto um processo de luta, de planejamento e de conquista de metas. Entendemos o mapa como um instrumento que possibilita o reconhecimento como parte de um movimento, bem como a expressão pública de uma identidade. Permite, além disso, a percepção de mapas em conflito.

Nas últimas décadas as organizações do campo agroecológico operaram mudanças importantes em suas abordagens metodológicas, passando a incorporar, de uma forma cada vez mais significativa, uma abordagem sistêmica dos processos sociais e ecológicos envolvidos na transição para a agroecologia, bem como uma percepção da agroecologia como um processo social, processo em curso e que vem ocorrendo no Rio de Janeiro estimulado pelo processo de intercâmbio entre técnicos e pesquisadores e agricultores.

O esforço no sentido de romper com o sentido vertical e unidirecional do difusionismo tecnológico, que vê o agricultor como um depositário passivo dos conhecimentos gerados pelas instituições de pesquisa, tem levado também a um repensar do papel desempenhado pelos técnicos e da importância da construção do conhecimento conjuntamente com base no diálogo de saberes, e especialmente nos fluxos horizontais de saber que se estabelecem entre os próprios agricultores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro. 297 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas Sociais, CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2003.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios das Comunidades remanescentes de antigos quilombos do Brasil. Mapas Editora e Consultoria, 2000.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Construção do Conhecimento Agroecológico – novos papéis, novas identidades. ANA, 2007

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio Grande do Sul: Ed. Agropecuária; Rio de Janeiro: ASPTA, 2002. 592 p.

ASCELRAD, Henri et al. Mapa dos conflitos ambientais no estado do Rio de Janeiro. FASE, IPPUR-UFRJ, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. In: CPT (org). Conflitos no campo, Brasil/2004, CPT, 2005.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Mediação de conflitos agrários e ambientais: um estudo sobre o Vale do Rio São João no estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas Sociais, CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.